

F. A. VON HAYEK E O CONHECIMENTO TÁCITO: UMA ANÁLISE DAS SUAS CONTRADIÇÕES

Carlos Lucena - UFU¹

Robson Luiz de França - UFU²

Fabiane Santana Previtalli - UFU³

Adriana Cristina Omena dos Santos - UFU⁴

Guilherme Saramago - UFU⁵

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo problematizar o pensamento de F. A. Von Hayek e suas contribuições referentes ao trabalho concreto. Analisa seu diálogo com a dimensão do conhecimento tácito expresso na segunda fase epistemológica da sua obra denominada como “teoria dos fenômenos complexos”. Ao desenvolver esse percurso, nos utilizamos de pressupostos referentes à obra de Marx e Engels como contraponto às concepções liberais apresentadas por Hayek. Demonstramos que o idealismo presente em seus trabalhos não retratam a realidade material da elaboração de mercadorias, omitindo processos elaboradas de exploração do homem pelo homem.

Palavras-chave: Hayek; Liberalismo, Marxismo, Trabalho; Conhecimento Tácito

F. A. VON HAYEK AND TACIT KNOWLEDGE: AN ANALYSIS OF ITS CONTRADICTIONS

ABSTRACT:

This article aims to problematize the thought of F. A. Hayek and contributions for the concrete work. Analyzes its dialogue with dimension of tacit knowledge expressed in the second phase of it epistemological work known as "theory of complex phenomena. In developing this route, the use of assumptions regarding the work of Marx and Engels as counterpoint to the liberal ideas put forward by Hayek. Demonstrated this idealism in their work does not portray the reality of the material production of commodities, prepared omitting processes of exploration of man by man.

Keywords: Hayek, Liberalism, Marxism, Labor, Tacit Knowledge

Algumas considerações Introdutórias

Vivemos um complexo período econômico, político e social no início do século XXI. Longe de ser um processo não identificável pelas matrizes científicas presentes em nosso tempo, as disputas se acirram formando julgamentos e interpretações sobre os rumos da sociedade. O velho é negado implacavelmente, como não mais merecedor de relevância científica e social, e o novo apresenta-se como a única alternativa possível em nosso tempo. Nas fronteiras da aparência, o novo é entendido como grande avanço, nas fronteiras da essência, reproduz princípios inerentes ao evolucionismo mecanicista tão combatido e negado pelo pensamento crítico em nosso tempo.

Potencializam-se discussões sobre “fim das utopias”, “fim da história”, do “fim do antagonismo de classes”, do “fim da luta de classes”, entre tantos outros "The End". Percebemos uma tentativa infrutífera de negação da história utilizando-se dela para tal. Francis Fukuyama no livro “*O fim da história e o último homem*” entende que o “*fim da história*” significa a vitória da democracia liberal sobre o fascismo e o socialismo

relacionado à derrota e decadência gradativa da classe trabalhadora. O “*fim da história*” é o fim da luta de classes, com a derrota incondicional dos trabalhadores. A luta de classes não faria mais sentido em uma sociedade a qual os trabalhadores, face à “falência das utopias e à redefinição do emprego capitalista” estariam condenados à “extinção”.

No campo epistemológico, o debate se encontra em torno de argumentos científicos defensores do fim da história e do metarrelato apresentados na complexa e contraditória discussão em torno da possível transição da modernidade para a pós-modernidade. Richard Rorty entende a pós-modernidade como o “fim da história”, por perceber a história como uma invenção da filosofia que transpassou o pensamento metafísico, cristão e moderno. O “fim da história” significa a impossibilidade de recurso às suas próprias Leis. Gianni Vattimo afirma o “fim da história” como o fim da sua legitimação como pressuposto metafísico-historicista da modernidade. Lyotard desenvolve a crítica ao conceito iluminista de razão, questionando seu caráter universal e sua interpretação da história como eventos organizados e de sentido emancipatório.⁶

Colocamo-nos em posição distinta a essas afirmações. Entendemos, como bem afirmou Marx em “O manifesto comunista”, que a história de toda a sociedade é a história da luta de classes, processo em que se manifestam os conflitos e antagonismos inconciliáveis de classe proporcionando lutas que levaram à transformação revolucionária de toda a sociedade. A luta de classes como pressuposto de uma sociedade em transformação coloca fundamentos para problematizarmos a sua dinâmica e processos de existência. A história não é nem unilinear, nem evolutiva e muito menos cronológica.

Ianni oferece importante contribuição a esse debate ao afirmar que fundamentalmente,

[...] a historicidade do capitalismo é dada pelo caráter essencialmente antagônico das suas categorias. Por isso é que há ocasiões em que a história parece precipitar-se, num ritmo que sobrepassa o andamento cronológico e em direções radicalmente novas. Ocorre que, de fato, ela se acelera, conforme se agudizam e explicitam as contradições de classes. Reciprocamente, há ocasiões em que a história parece adquirir outro andamento, mais lento. Isto também está relacionado ao caráter, à extensão e à profundidade das contradições de classe. Em outro nível, em nível estético, pode-se dizer que nas análises de Marx há tempos dramáticos e tempos épicos.⁷

A realidade é dinâmica e em transformação, pressuposto que tem como princípio a totalidade e a história em movimento impulsionada pelos conflitos humanos manifestos pela luta de classes. A materialidade é fundamento para a construção e percepção das relações dialéticas produzidas pela humanidade, um processo em construção e em constante re-elaboração.⁸ A humanidade não é expectadora inerte das relações sociais, abstração de si própria. Ela atua como ser social que transforma, questiona e constrói a sua própria história, dando sentido e significado a sua existência. Não é apenas agente determinado, mas sim determinante de ações elaboradas a partir das suas percepções e concepções de classe social que podem se converter em atitudes e princípios voltados à prática revolucionária transformadora da realidade percebida em sua totalidade.

Todas essas questões inerentes à história e a luta de classes sociais nos remete a intensos desafios voltados a problematizar os complexos processos sociais em curso em nossa sociedade. Algumas questões inquietam. O que está em disputa na sociedade? Os conflitos sociais chegaram ao fim ou se acirraram? Os trabalhadores são abstrações

negadas pelo movimento da história e enterrados pelo "fim da luta de classes", ou têm papel preponderante na sociedade capitalista? Sendo os trabalhadores não mais importantes, porque as estratégias empresariais voltadas ao incremento tanto da mais-valia absoluta como relativa se renovam e revivem em um palco de resistências ativas e passivas dos primeiros?

O trabalho em sua dimensão concreta e abstrata, entendido como mediação do homem com a natureza, contrapõe os debates inerentes à luta de classes e o fim dos trabalhadores. A humanidade se reconhece através dessa mediação, se organiza socialmente coloca objetivo em sua existência. Este é um conceito fundamental para o debate de um conceito ainda mais complexo que é o de mundo do trabalho. O mundo do trabalho implica em uma relação dialética e contraditória entre a formação humana, as ações econômicas, políticas e culturais do seu tempo. Daí a sua complexidade e potencialidade de análises. A humanidade ao transformar a natureza, transforma a si própria, produzindo novas ações perante o mundo, elaborando uma nova cultura e percepção daquilo que ela mesma o é.

O entendimento do mundo do trabalho é fundamental para a problematização da sociedade. É no seu interior e nas prerrogativas de diferentes e heterogêneos processos de mundo que se manifestam pressupostos quanto ao presente e ao futuro da humanidade, transitando entre a esperança e o pessimismo. A elaboração do trabalho concreto e abstrato, as disputas inerentes à constituição do mundo do trabalho e, conseqüentemente, a existência e formação dos trabalhadores entram em discussão, um processo em transformação que acirram debates e polêmicas não tão novas assim.

O debate sobre a formação dos trabalhadores implica na problematização da formas de organização econômica, política e social das últimas décadas. A adoção de estratégias empresariais voltadas à reorganização técnica da produção capitalista, a retomada do liberalismo econômico e a falência do Estado de Bem Estar Social apresentam-se com um amplo processo mundializado em desdobramentos sociais transnacionais. Todo esse movimento impacta em um processo de crises cíclicas do capitalismo em sua fase monopolista tão bem previstas por Marx em o Livro Terceiro de O capital.

Marx problematiza no Livro III de "O Capital" que a teoria da tendência decrescente da taxa de lucro materializa uma contradição. Quanto maior o desenvolvimento do capitalismo, maior o decréscimo da taxa média de lucro do capital. Esse processo se consolida em virtude da existência do excedente de capital. O crescimento de capital acumulado, em virtude do aumento da mais-valia, encontra uma redução de possibilidades de investimento que proporcionem uma rentabilidade adequada. Com efeito, desenvolve-se uma redução contínua do investimento produtivo, provocando uma redução dos empregos e dos salários dos trabalhadores. A redução da massa salarial impulsiona uma crise na venda das mercadorias que já foram produzidas. Instaura-se, como desdobramento desse movimento no âmbito da circulação das mercadorias, uma crise de superprodução em virtude do desequilíbrio entre a produção e o consumo que faz com que o capital reduza a sua produção, determinando a paralisação e a depressão dos mercados. Como a produção capitalista subordina o valor de uso ao valor de troca, a economia somente se reativará quando ocorrer os seguintes fatores: a paralisação e depressão dos mercados gerarem salários reduzidos; quando ocorrer a desvalorização do capital fixo em virtude das falências de várias empresas; quando o Estado intervier ou quando ocorrer um acontecimento inesperado, como uma guerra, que eleve a produção capitalista.

O processo de crises do capitalismo não implica no fim da história, mas sim, na construção de estratégias voltadas à sua superação. As crises econômicas são construções humanas, cujas saídas também se encontram no âmbito das ações da humanidade. Porém, as saídas das crises implicam no nível de mobilização das classes envolvidas, sendo benéficas a alguns, e extremamente prejudiciais a outros.

Essa é uma afirmação fundamental para a problematização das partes a seguir de nossas reflexões. A reorganização da produção capitalista implica na construção de estratégias voltadas à intensificação do trabalho e das formas de exploração. Anunciam-se formas empresariais de exploração máxima das capacidades dos trabalhadores, entre as quais a conquista das subjetividades do trabalho, das utopias e, em especial, *o domínio do conhecimento tácito⁹ do trabalhador*. Essas estratégias acirram as lutas e resistências do trabalho contra as investidas do capital, colocando desafios aos trabalhadores e suas representações políticas.

Liberalismo e apropriação do conhecimento tácito

Desenvolvemos nossos estudos dando ênfase à crítica às concepções empresariais de apropriação do conhecimento tácito dos trabalhadores e suas relações com o liberalismo expresso no pensamento de F. A. von Hayek. As preocupações inerentes ao conhecimento dos trabalhadores está presente em sua obra quando relaciona a importância do conhecimento tácito e a manifestação de inteligências coletivas. Para Hayek (1983), quando um trabalhador passa por um treinamento, depois de terminado a parte teórica da instrução, se inicia a parte mais importante da formação profissional, o aprendizado das tarefas específicas e o conhecimento das pessoas que estão a sua volta, das condições locais e as circunstâncias específicas. Conhecer e por em uso uma máquina, aproveitar a experiência de alguém para resolver problemas que interrompam a continuidade produtiva são tão importantes quanto o conhecimento de técnicas alternativas para o uso dessas mesmas máquinas.

A problematização destas reflexões hayekianas implicam na recuperação do conceito de inteligência coletiva presente na segunda fase de sua obra marcada pelo desenvolvimento da "Teoria dos fenômenos complexos". Esta teoria se desenvolveu em uma segunda etapa epistemológica do pensamento de Hayek, ocorrida na primeira metade dos anos 50 do século XX, quando se afasta gradativamente de sua interlocução com a Escola de Compreensiva representada por Dilthey, Rickert, Weber, Croce e Collingwood responsáveis pelos fundamentos voltados à elaboração de sua obra célebre "O caminho da servidão" e se aproxima dos princípios popperianos (neo) positivistas de interpretação da sociedade. A marca dessa aproximação se deu no aprofundamento e questionamento das diferenças existentes nas formas e possibilidades de investigação das ciências naturais e de alternativas para a validação das ciências humanas.

A teoria dos fenômenos complexos é fundamental para a problematização do conhecimento humano manifesto em competências e formas de agir profissional no cotidiano da vida. Hayek (1983) se aproxima de Michael Polany, irmão mais novo de Karl Polany, argumentando a existência de um conjunto de conhecimentos importantes e, ao mesmo tempo, desorganizados que não se pode chamar de conhecimento científico em sentido geral: o conhecimento das circunstâncias particulares do tempo e do lugar. Entende que o homem não pode tomar decisões à base de um conhecimento limitado pelos acontecimentos de seu ambiente imediato. Em termos econômicos, a tomada de decisões necessita do conhecimento do conjunto de relações de comércio presente em todo o sistema econômico.

Manter a ordem numa sociedade complexa, portanto, depende de permitir aos seres humanos a liberdade para “interagir uns com os outros por iniciativa própria – sujeitos somente às leis aplicáveis uniformemente a todos.” Restrições gerais que se aplicam de modo amplo a cada membro da sociedade emergem sem o direcionamento de uma autoridade centralizada. Esse conceito de ordem espontânea é fruto do cruzamento do conhecimento científico de Polanyi com o processo de mercado.

Este conceito é central para a problematização do pensamento empresarial nas últimas décadas. A busca do equilíbrio apontada por Hayek em termos macro-econômicos é utilizada como princípio de uma estratégia empresarial voltada à organização da produção industrial, através de formas de "integração dos trabalhadores" ao processo produtivo. O princípio toyotista baseado no trabalho polivalente é complementado por iniciativas empresariais embasadas em uma teoria econômica liberal de inspiração hayekiana voltada à integração dos indivíduos ao processo produtivo: trabalhadores entendidos como manifestantes de inteligências coletivas individuais com missão de elevar a reprodução do capital.

Hayek (1964) critica a concepção dos indivíduos como átomos isolados e desde logo prontos para a ação, propondo que são seres humanos determinados por sua existência social. Mesmo sendo condicionados pelo ambiente da sociedade, acredita que não há outro meio de debater os fenômenos sociais senão por meio da compreensão das ações individuais direcionadas às outras pessoas e guiadas por suas expectativas. Critica também as concepções globalistas de sociedade defensoras da coletividade existentes independentemente dos indivíduos.

O que Hayek problematiza em a “Teoria dos Fenômenos Complexos” é a dimensão da complexidade da vida e a atuação de indivíduos múltiplos na sociedade. Para Hayek, as inteligências coletivas ao atuar socialmente proporcionam a evolução de toda uma sociedade. Hayek entende o sistema econômico formado por relações entre indivíduos compostos de mentes altamente complexas não representadas por uma mente em particular, mas sim por mentes coletivas. Aproxima-se de Adan Smith ao defender o princípio da “mão invisível” como pressuposto para atuação dos indivíduos na sociedade. O mercado é entendido como uma ordem espontânea, não hierárquica e coordenada, condição fundamental para o funcionamento do sistema econômico, influenciando milhões de seres humanos em um mesmo período.

As empresas recuperam esses conceitos na tentativa de formar propostas de atuação de micro-mercados manifestos de inteligências coletivas voltadas à continuidade produtiva. Esse é o sentido da liberdade expressa na formação de sujeitos autônomos: a continuidade produtiva. Na educação de seres humanos, é a partir daí que se redefine o princípio da criticidade. Em outras palavras, ela não se baseia pela capacidade de tomada de decisões quanto ao presente e possibilidades de emancipação para o futuro, mas sim voltada a atributos para pertencer à ordem e os interesses da reprodução do capital.

A percepção do conhecimento tácito e das inteligências coletivas apresentadas por Hayek (1983) tem uma dimensão idealista quanto a sua operância na sociedade. Quando problematizamos a relevância do conhecimento tácito, verificamos suas preocupações girarem em torno apenas da continuidade produtividade, uma divisão social do trabalho que não rompe com a lógica alienante do trabalho. Isso se explica pela distinção entre a teoria e a prática, a ação e a execução, o saber e o fazer. Essa concepção aponta o conhecimento tácito nas fronteiras do “fazer despolitizado”: uma valorização positivista da função social que tem suas bases em uma noção de “experiência profissional despolitizada”.

Esta dimensão idealista do presente no pensamento de Hayek sofre contraponto nas reflexões marxianas referentes ao trabalho e seu processo de valorização. Marx diz em *O Capital* que o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz. Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e, além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho.

Marx discute em os *Grundrisse* que para o *Capital* utilizar o Trabalho no processo de sua valorização, não basta a existência do capitalista enquanto personificação dos meios de produção e de subsistência, é necessário que tenha ocorrido um processo histórico de dissolução de todas as relações que possibilitem o trabalhador operar enquanto proprietário. Com efeito, são eleitos 4 (quatro) principais pressupostos históricos norteadores dessa afirmação assim apresentadas: dissolução da relação do trabalhador com a terra enquanto indivíduo ou como membro de uma comunidade; dissolução das relações em que o trabalhador se apresenta enquanto proprietário de um instrumento; dissolução das relações em que o trabalhador é proprietário dos meios de subsistência durante o processo produtivo; dissociação das relações em que o trabalhador ainda faz parte das condições objetivas de produção (trabalho servil, escravo) posto que para o capital o trabalhador não é uma das condições objetivas da produção, apenas o trabalho o é.

Marx aponta ainda os "*Grundrisse*", que ao contrário dos outros modos de produção, o capital não se apropria do trabalhador, mas do trabalho, mediado pela troca. Inserido na trama de relações sociais capitalistas, o processo de trabalho é ao mesmo tempo processo de produção de mais-valia. O proprietário dos meios de produção compra do trabalhador o direito de usar sua capacidade de trabalho por um determinado período de tempo. O trabalho se materializa na mercadoria em um duplo caráter. Como valor de uso, a mercadoria é produto do trabalho concreto, como valor de troca, fruto do trabalho abstrato.

Todo esse processo tomou impulso com a produção manufatureira. A mesma criou uma nova graduação hierárquica entre os trabalhadores e desenvolveu uma proporcionalidade quantitativa em que os vários trabalhos deverão participar do mesmo processo de trabalho. Com essa divisão técnica do trabalho, as intervenções individuais dos trabalhadores não têm sentido em si mesma. Nenhum trabalhador individualmente produz um objeto útil, um valor de uso. Apenas o coletivo de trabalhadores o faz.

Essa dimensão da totalidade de sujeito compostos por indivíduos múltiplos implica em uma lógica de percepção da sociedade à qual estabelece relações de liberdade a quem não tem. A burguesia capitalista torna o homem e a natureza meios de produção voltados à acumulação do capital através da exploração radical do trabalho concreto e abstrato. Essa é uma ação humana de dimensão classista voltada a um processo de mundo expresso no presente com prerrogativas, expectativas e ações para o futuro.

O capitalismo agiu revolucionariamente ao libertar as forças intelectuais da humanidade e usar suas expressões artísticas e científicas como forças produtivas. Para isso, proporcionou novos e poderosos meios de investigação da natureza e destruiu as limitações impostas pelo artesanato que encasulavam o trabalhador em seu ofício e impediam a divulgação do seu saber. Permitiu o livre curso de homens com suas experiências e idéias entre os diversos ramos da produção. A liberdade imposta obedeceu a limites específicos. Marx afirma em *O Capital* que a máxima sabedoria do sapateiro é não passar do sapato. O capitalismo visou desqualificar os trabalhadores impedindo o seu acesso ao acervo do conhecimento da humanidade e aos meios de produção, restringindo o acesso ao saber. A sociedade moderna, que se consolidou a partir do advento do

capitalismo, é uma sociedade que revoluciona constantemente as técnicas de produção, incorporando os conhecimentos da força produtiva.

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente todos os instrumentos de produção, como desdobramento disso, as relações de produção e, conseqüentemente, todas as relações sociais. As relações sociais até então imperantes deixam de existir e são substituídas por outras. “Tudo o que é sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens.” (Marx e Engels, 1998, p. 43) A mesma afogou

[...] os fervores sagrados da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês nas águas geladas do cálculo egoísta. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio. Em uma palavra, em lugar da exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despudorada e brutal. (...) A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-se a meras relações monetárias. (Marx e Engels, 1998, p. 42)

A liberdade apontada pelo capital referente ao manifesto de inteligências coletivas no local de trabalho já eram denunciadas por Marx em O Capital no século XIX. Marx afirma que a capacidade física e a destreza do trabalhador impõem limites à exploração da força de trabalho que o capital singular sente como necessidade vital para responder às demandas tanto da ampliação do mercado como para fazer frente à concorrência de outros capitalistas. Por outro lado, depende de certo número de trabalhadores hábeis para fazer o controle da produção. Para superar essa relação de dependência em relação à habilidade do trabalhador, que exige, inclusive, um controle de natureza subjetiva do trabalhador, o capital revoluciona o instrumento de trabalho.

Essas mudanças implicam na construção por parte do capital de estratégias voltadas para o controle do trabalhador, condição fundamental para a problematização das formas de apropriação do conhecimento tácito dos trabalhadores. O que afirmamos é que a edificação das "inteligências coletivas" propostas por Hayek e incorporadas pelo pensamento e ação empresarial não é livre como aparenta ser, pelo contrário, constituindo-se em um espaço de busca dominação do homem pelo homem. Em outras palavras, inteligências coletivas visam isso sim uma singularidade voltada às formas e aos interesses da reprodução do capital, o otimismo tecnológico e concentração desumana de riquezas.

Esta é a base do entendimento do sentido da individualidade em Hayek. Indivíduos múltiplos e heterogêneos, cuja heterogeneidade é condição fundamental para uma contínua pressão nas forças políticas potencializando através do mercado condições equitativas para a existência humana. O entendimento da concepção liberal apontada por Hayek: a negação radical da *igualdade social*, responsável, no seu entendimento, por um atrofiar do intelecto humano e a pertinência da *equidade social*, condição fundamental para a superação dos limites e da inteligência humana.

É nesse sentido, a nossa dificuldade em perceber a economia como pressuposto de uma atuação complexa e múltipla dos sujeitos oferecendo fundamentos para a defesa da equidade social e a negação da igualdade. Até porque essa não é uma relação neutra, mas sim expressa por disputas e lutas de classe com visões de mundo distintas.

Essas são questões fundamentais para a problematização da dialética entre o conhecimento tácito, experiência profissional e seres humanos como átomos complexos. Quando articulamos a experiência como pressuposto fundamental para a recuperação do conhecimento tácito, entendemos que a percepção da sua complexidade só é possível através da problematização da totalidade do trabalho expressa na dinâmica do capitalismo monopolista nas últimas décadas, no qual o particular se explica no geral e vice versa. Nesse processo, composto de mediações, rupturas e conflitos, a percepção do conhecimento tácito se dá através das transformações na organização técnica da produção capitalista que por sua vez se explicam pelas transformações no mundo do trabalho que impactam nas formas humanas de viver e sentir a vida.

Percebemos formas idealistas de entendimento do funcionamento do mercado tanto em âmbito transnacional, bem como nas relações cotidianas das empresas também atuantes de forma transnacional. O que se verifica é uma aposta radical na economia de mercado como instrumento da liberdade individual. O empresariado acredita no mercado como materialização de sua liberdade incondicional, mas, é prisioneiro das suas deliberações, como se o mesmo fosse movido por forças metafísicas, e não por decisões humanas. Como bem afirma Mello (1999) o capital assume uma dimensão institucional que vai além do controle dos capitalistas, cidadãos ou Estados-Nação, impondo-se sobre os mesmos como um poder autônomo, um fetiche, uma coisa, um sistema.

Uma questão que nos inquieta é o mercado como uma ordem espontânea de relações propostas por átomos sociais que coexistem em seu tempo. A denominação mercado, expressão de relações morais efetivas como afirma Hayek, é negado pela composição desse mesmo mercado. Um grande desafio analítico consiste em problematizar a composição desse mesmo mercado, as forças que o movimenta, os atores sociais envolvidos e o universo das trocas legais e/ou ilegais que o consiste.

O narcotráfico é um dos pontos cruciais da produção capitalista que aparenta existir como uma força paralela mas se encontra nas fronteiras das trocas de mercadorias. Uma espécie de "linha de montagem" de componentes químicos transitando entre fronteiras, envolvendo milhares de seres humanos. Um segmento mercadológico que não tem interesse em se legalizar, pois transita tanto processos legitimados pela Estado, como aqueles que não o são.

Tal como na Colômbia, Bolívia e Peru, onde a produção agrícola não pode concorrer com a produção de coca, nas periferias das grandes cidades o narcotráfico e o crime organizado nos padrões do capital são o escoadouro para o desemprego. Os pobres se matam entre si, e as classes médias andam de vidros levantados em seus carros para toscamente se defenderem de assaltos à luz do dia, enquanto os grandes empresários trafegam de helicóptero dentro das cidades. (Oliveira, 2007, 35)

A produção de cocaína e demais produtos oriundos do narcotráfico atenta a um complexo processo de circulação, atingindo diferentes regiões e países. Salama (2002) aponta as dificuldades existentes para a definição das rotas de circulação controladas pelo narcotráfico, pois em alguns países o mesmo é reprimido e em outros não o é.

A variedade é considerável e suas modalidades são pouco conhecidas: a diferenciação pode ser horizontal ou vertical, conforme o tipo de produtos e, sobretudo o grau de pureza, variável de acordo com a repressão e evolução dos preços. Assim, a qualidade é de difícil avaliação, não sendo

a variedade definida previamente no ato da venda pelos traficantes. A substituição entre os produtos também é pouco conhecida, dependendo da evolução diferenciada dos preços, do grau de dependência e das modificações do “contexto cultural”. A expansão de produtos de síntese – novos coquetéis químicos – é considerável e em parte substitui o uso de drogas naturais, tiradas de plantas transformadas com a ajuda de produtos químicos que se misturam às vezes a estas, e nem sempre é fácil distinguir entre o que é medicamento (portanto legal, porque vendido mediante apresentação de receita) e o que não é, sobretudo se esses produtos ajudam a melhorar o desempenho dos esportistas, aumentando a velocidade e resistência (Salama, 2002, p. 125)

A ação dos traficantes se explica a partir de uma concepção de totalidade da produção capitalista expressa na abertura das economias e redefinição da atuação política do Estado Nacional. As ações em torno de flexibilização das fronteiras facilitam a exportação de entorpecentes.

A entrada em crise profunda de muitas economias ex-socialistas em transição para o capitalismo – economias antes classificadas de emergentes - e a manutenção de algumas economias asiáticas – países, como a Birmânia, ou regiões que reagrupam vários países numa quase-autarquia – salvo em relação a esse comércio ilícito, favorecem a multiplicação da oferta no exato momento em que alguns dos mais importantes países desenvolvidos a demanda tende a se estagnar, até mesmo a regredir, e a se diversificar para um maior número de produtos de síntese, ao mesmo tempo em que a eficácia da repressão na apreensão parece aumentar. Esses comportamentos são ainda difíceis de avaliar quando se trata de estimar o volume de dinheiro repatriado nos países produtores. A partir de que nível da cadeia de comercialização se deve considerar que se interrompe o repatriamento? É uma pergunta espinhosa, uma vez que se conhece os elevadíssimos fatores de multiplicação de preços que, a partir daquele pago ao produtor, determinam o preço do produto no atacado no momento do embarque, depois na chegada, daí para o semi-atacado e finalmente o varejo. (...) Qual é a parte do arbítrio quando se formula a hipótese de que com relação aos traficantes colombianos os preços do atacado considerados, a partir dos quais se avaliará o repatriamento possível, são para a cocaína os de chegada e para a heroína os de partida? Enfim, transcendendo essa pergunta: o que fundamenta esse repatriamento? (Salama, 2002, p. 126-127)

Verificam-se técnicas de lavagem de dinheiro sofisticadas expresso em grandes somas de dinheiro oriundos do narcotráfico empregados em restaurantes, construção civil, especulação imobiliária, etc. A produção e consumo de entorpecentes também varia de país para com país, movimentando bilhões de dólares.

Obtém-se uma estimativa das quantidades produzidas, à qual convém subtrair o consumo local de folhas de coca, que é alto no Peru e na Bolívia. Uma vez deduzido esse consumo, obtém uma quantidade de folhas cuja transformação em “pasta” e depois em “base” se dá em etapas relativamente simples do processo de transformação. Em seguida,

essa base é transformada em HCL, isto é, em cocaína, graças à adição de diversos produtos químicos nos laboratórios. Essa transformação não ocorre nos locais de produção. Um país supera largamente os outros: a Colômbia. As organizações criminosas colombianas importam da Bolívia e do Peru a base que, somada à produzida na Colômbia, é transformada em HCL e exportada, principalmente para os Estados Unidos. A divisão do trabalho entre de um lado os que produzem matérias-primas sem transformá-la em cocaína e, de outro, os que operam essa transformação tende, no entanto a mudar. Considera-se, por exemplo, que a participação da Bolívia aumentou nestes últimos anos, pois em 1990 ela transformou em cocaína pouco mais de um terço da base, ao passo que essa cifra era de somente 7% em 1986. (...) considera-se que em 1990 a Bolívia teria exportado 114 tm de base e 6 tm de HCL (cocaína), o Peru 360 e 40 tm, respectivamente, e a Colômbia teria exportado cerca de 70% da cocaína produzida no mundo, isto é, 45 tm. (Salama, 2002, p 128-129)

As ações referentes à lavagem de dinheiro são sofisticadas e vão além de argumentações nacionalistas. Salama (2002) defende a hipótese que o repatriamento do dinheiro tem suas bases no princípio de transformar o dinheiro em “honrado”.

[...] não basta limpar o dinheiro sujo; é preciso ainda que a obtenção de capitais assim tornados “limpos” tenha uma justificação plausível. (...) a busca de um status honroso para o dinheiro “lavado” e repatriado influencia na escolha das técnicas utilizadas para a lavagem. Como a lavagem-repatriamento não garante o status ao dinheiro, este segue percursos particulares: é investido em imóveis, criação de gado e finanças especulativas. (...) a lavagem serve à própria lavagem. (...) essas técnicas impõem um tipo de comportamento particular que acabará por tornar mais difícil a dignificação de certos mafiosos, limitará sua área de investimento às atividades de apoio à lavagem (hotéis, restauração, salões de jogos) e especulativas (criação de animais, construção civil, títulos cotados na Bolsa) e estimulará seu consumo de luxo. (...) a particularidade da lavagem nesse caso é que ela inclui a transformação de uma moeda em outra, aqui o dólar, divisa forte, contra uma moeda local, divisa fraca. É por essa razão que convém distinguir o que poderíamos chamar de *repatriamento-lavagem* da *reciclagem-lavagem*. As técnicas mais simples de repatriamento-lavagem são as seguintes: colombianos residentes os Estados Unidos enviam para a família, pelo correio, notas de 100 dólares; fazem-se envios bancários a tais cidadãos no limite máximo autorizado pelas legislações em vigor, utilizam-se “mulas” que transportam dólares na volta depois de ter “engolido” sacos de cocaína na ida. As somas transferidas ou transportadas dessa maneira são consideráveis, ainda que modestas em relação aos ganhos. (...) Quando existe um controle de câmbio, consiste em fornecer divisas para um não residente que quer fazer turismo nos Estados Unidos, em troca da contrapartida em um país latino-americano. O *clearing* pode também ser utilizado quando o desejo dos industriais de aplicar capitais ilegalmente fora do país coincide com o das organizações criminosas de repatriar parte do seu ganho. Nesse caso, em razão da amplitude das somas em jogo, é necessária uma lavagem prévia nos Estados Unidos. (...) Restam três grandes vias de repatriamento-lavagem: O contrabando,

os super e os subfaturamentos das mercadorias para exportação e para importação respectivamente, e a utilização dos mercados financeiros internacionais. (...) É o caso da cidade de Colón, no Panamá. Organizações criminosas compram mercadorias na região livre, pagam em espécie ou em dinheiro “pouco lavado”, utilizam-se às vezes de cartões de crédito (os controles eram menores, até mesmo inexistentes nas regiões livres). Em seguida, o contrabando transfere essas mercadorias para a Colômbia, onde elas são vendidas em lojas particulares, chamadas San Andrés, por causa do nome da ilha colombiana. A lavagem passa então por uma atividade de contrabando e por um comércio ilegal que está longe de ser marginal: as San Andrés são um verdadeiro circuito, constituído às vezes de supermercados, em que se encontram produtos muito variados a preços competitivos. As somas “lavadas” são altas: cerca de 1,3 bilhões de dólares em 1993 e em 1994 (...) Restam enfim os mercados financeiros (...) a desregulamentação desses mercados permitiu a expansão das finanças criminosas. As técnicas de super e subfaturamento utilizadas em grande escala, a passagem de uma conta a outra utilizando os centros *off shore*, as práticas de sigilo ou de compatibilidade dupla de certos bancos, investimentos a prazos muito curtos em produtos de alto risco, a necessidade de dar um status ao dinheiro recebido, depois enfim o repatriamento, são cada vez mais praticados. (Salama, 2002, 134 - 138)

O preço médio da cocaína eleva-se de acordo com o nível de processamento e inserção no mercado.

[...] o preço médio de atacado aproximado do quilo de cocaína era 17.600 dólares o quilo. No varejo, esse preço subia em média para 130 mil o quilo, enquanto o quilo da base (expresso no equivalente de HCL) custava 500 dólares no Peru e 700 na Bolívia, isto é, 600 em média. O conjunto dos custos de transporte (no interior dos Andes e para os Estados Unidos), de transformação, de corrupção e de lavagem sobe para 6.800 por quilo, isto é, pouco menos de 40% das rendas brutas por quilo. Os cerca de 60% restantes ficam para financiar o pagamento dos camponeses, dos químicos e do conjunto de mafiosos colombianos implicados no narcotráfico no atacado. As máfias mexicanas, que traficavam uma parte substancial de cocaína (50% a 70%, segundo as estimativas oficiais em 1996), recebem uma grande parte do que é contabilizado como gastos de transporte.(...) as estimativas das rendas líquidas lavadas obtidas com essa abordagem teria sido em média de 1,638 bilhão de dólares entre 1987 e 1995, com um mínimo de 1,2 bilhão em 1994 e um máximo de 2,5 bilhões em 1989. (Salama, 2002, 140-141)

O Brasil também é influenciado pela circulação transnacional do narcotráfico. Apesar de não ser um grande produtor de “drogas” em âmbito internacional, o país está presente tanto como rota para os Estados Unidos, bem como no tráfico e cultivo de maconha, sendo esse primeiro, em larga escala, oriundo da Paraguai.

O tráfico internacional tem relações com o crime organizado nacional, construindo estratégias para circulação e consumo de drogas e lavagem de dinheiro. A maconha entra no Brasil por via terrestre ou aérea pelas fronteiras dos estados do Mato Grosso do Sul e do

Paraná. Especificamente, a droga entra no país pelas cidades de Ciudad del Este/Foz do Iguacu, Sal del Guayra/Guaíra, Pedro Juan Caballero/Ponta-Porã ou Fuerte Olimpo/Porto Murtinho. Posteriormente, ela é trazida para os mercados consumidores, situados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás e Distrito Federal. Às vezes, ela chega à região Nordeste, da Bahia ao Rio Grande do Norte. (...) A cocaína que entra no Brasil para satisfazer a demanda interna geralmente vem da Bolívia, da Colômbia e do Peru. Ela chega pela via terrestre, fluvial e aérea pelas fronteiras do Paraguai, principalmente por áreas próximas da Ciudad del Este/Foz do Iguacu, Lago Itaipu, Salto del Guayra/Guaíra, Pedro Juan Caballero/Ponta-Porã e Fuerte Olimpo/Porto Murtinho. A cocaína que vem da Bolívia entra no país principalmente pelas cidades de Puerto Suarez/Corumbá, San Mathías/Cáceres, San Joaquín/Custo Marques, Guayara Mirim/Guajará- Mirim e Cubijas/Brasiléia. A que vem do Peru entra pelas cidades de Anaparí/Assis Brasil e Cruzeiro do Sul, Iquitos/Estirão do Equador, Atalaia do Norte e Benjamin Constant. A que vem da Colômbia entra pelas cidades de Leticia/Tabatinga e pelos rios Amazonas/Solimões, Putumayo/Iça, Caqueta/Japurá, Vaupes/Vaupes, Içana/Içana, Guainia/Negro. Uma vez no Brasil, a cocaína é transportada para diversos locais, segundo a conveniência dos traficantes e a demanda do mercado. A cocaína que entra no Brasil para ser enviada a outros países geralmente vem da Colômbia. Ela é produzida nas regiões Sul e Sudeste daquele país e entra no Brasil transportada em pequenos aviões; depois é geralmente, reexportada. em navios para a África, Argentina, Guiana, Itália, Portugal, Países Baixos, América do Norte, Espanha, Suriname e Reino Unido. Os nigerianos são regularmente usados como mulas para transportar a cocaína do Brasil para a Europa. Os traficantes de heroína estariam usando mulas para transportar a droga de Buenos Aires (Argentina) ou Montevideu (Uruguai), passando por São Paulo, para Nova Iorque (Estados Unidos) e a Europa. As drogas sintéticas, especialmente o ecstasy, vêm principalmente da Europa (especialmente dos Países Baixos). Elas geralmente entram no Brasil em pequenas quantidades, em aviões ou por meio de encomendas postais e são consumidas em cidades grandes, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza.(ONU, 2005, p.18)

Elaboram-se iniciativas crescentes por parte de grupos mafiosos para a utilização de dinheiro oriundo da circulação de drogas para a compra e contrabando de armas.

Em Brasília, a merla (um derivado da pasta de coca) é mais comum na periferia da cidade, por ser a droga mais barata disponível. Uma lata de merla (aproximadamente 40g) custa de US\$10 a US\$15, aproximadamente. Antes de chegar às mãos dos consumidores, o preço da droga aumenta em proporções geométricas. Enquanto um grama de cocaína custa US\$1,5 nos países produtores, o consumidor no Brasil pode pagar US\$4 ou US\$5 nas favelas pela mesma quantidade. A entrega de drogas em domicílio para clientes ricos é um negócio lucrativo em importantes cidades. No Rio de Janeiro, esse serviço custa US\$20 por grama de cocaína. No que se refere à maconha, o estado de Pernambuco, situado na região Nordeste do Brasil (Polígono da Maconha), particularmente, chama a atenção do governo. Estima-se que um produtor possa ganhar até US\$ 150 por mês (em média) plantando maconha. O preço de 1kg de maconha para o produtor é inferior a US\$30. Esse mesmo quilo pode ser vendido por aproximadamente US\$220 nas ruas. (ONU, 2005, p. 19 -22)

Nas favelas das maiores cidades, a cada grupo de 150 mil pessoas, a taxa de homicídios chega a 150 seres humanos. De acordo com dados oriundos do Escritório contra Drogas e Crimes da Organização das Nações Unidas no Brasil,

Nas duas décadas entre 1980 e 2000, 2,07 milhões de brasileiros morreram de causas não naturais. Dentre essas causas, os homicídios lideram as estatísticas. Em 1980, estima-se a ocorrência de 13.910 homicídios. Os homicídios aumentaram para 31.989 em 1990 e alcançaram 45.343 em 2000. Os jovens do sexo masculino entre as idades de 15 e 29 anos são o grupo mais afetado da população. Dos homicídios registrados em 2000, mais de 16.000 afetaram jovens do sexo masculino - 75% dos quais vítimas de armas de fogo. (ONU, 2005, p. 01)¹⁰

Os elevados índices de pobreza no Brasil constituem a condição material para o aliciamento de jovens, abaixo de 18 anos, para trabalharem no narcotráfico. *“Assim, a impunidade das crianças faz delas “aviõezinhos” ideais para as gangues de traficantes. Infelizmente, essas crianças são frequentemente mortas por saberem demais, roubarem demais ou se verem no meio de fogos cruzados.”* (ONU, 2005, p. 1-2)

A hierarquia do tráfico de drogas nas favelas é vertical. As crianças são recrutadas no nível mais baixo, principalmente para vigiarem o movimento dos pontos de venda. Com o tempo, elas progredem nessa hierarquia e passam a ser mensageiras dos traficantes nos morros. Quando são bem-sucedidas nessa estrutura, logo começam a entregar drogas aos clientes. Os sobreviventes dessas operações podem se tornar “controladores” armados (seguranças que protegem as operações e a renda das vendas de drogas). A maioria desses jovens morre sem ter saído da base dessa hierarquia. Quando um traficante no morro não gosta do trabalho de uma criança ou acha que ela pode se tornar uma testemunha perigosa, ela é simplesmente assassinada. Dos quase 50.000 homicídios registrados a cada ano, correspondendo a uma taxa de 27 em cada 100 mil pessoas, uma grande proporção está relacionada ao tráfico de drogas. Esses homicídios envolvem principalmente jovens na faixa etária dos 15 aos 25 anos e sua taxa varia muito entre os diferentes estados. Essa elevada taxa de homicídios é parcialmente provocada pela incapacidade das pessoas envolvidas na venda de drogas de acertar sem violência questões relacionadas à divisão de territórios, distribuição e liderança. Em seu “Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde, a Organização Mundial da Saúde estima que, para cada pessoa assassinada, 20 a 40 são feridas a ponto de precisarem ser hospitalizadas. O preço da cocaína que clientes ricos pagam para receber a droga em casa está gerando um nicho de mercado. A rentabilidade desse comércio é muito superior ao de qualquer outra atividade econômica, lícita ou ilícita. Por essa razão, a concorrência entre as gangues é acirrada e violenta. Estima-se que a entrega de drogas ilícitas em domicílio no Brasil gere oportunidades de emprego para aproximadamente 20 mil “aviõezinhos”. Esses entregadores são, em sua maioria, adolescentes na faixa etária dos 10 aos 16 anos, cujo salário mensal varia de US\$150 a US\$200. Como esses menores geralmente vêm de famílias pobres, seus

salários são freqüentemente mais altos que os de seus pais. Seus colegas os têm em grande estima. Os traficantes lhes oferecem uma oportunidade de se sentir importantes e respeitados na comunidade. As oportunidades de emprego no setor formal para adolescentes de baixa escolaridade, principalmente negros, são muito limitadas. Além desses 20 mil adolescentes que já trabalham como entregadores de drogas, milhares de outros estão esperando por uma oportunidade de entrar nesse negócio altamente lucrativo. (ONU, 2005, p. 2)

O mercado se apresenta com múltiplas facetas que coexistem no mesmo período histórico. Uma das questões que incomodam presente na concepção de sociedade defendida por Hayek é o entendimento das forças do mercado como a saída para a sociedade e a manifestação das forças da individualidade social. O que verificamos é que essa dimensão idealista do mercado proposta por Hayek é negada pela composição de parcela desse mesmo mercado, demonstrando em seu interior a manutenção da corrupção, guerras internacionais e produção de mercadorias da morte.

As contradições e conflitos não se apagam não são invenções intelectuais, o contrário, são manifestações da história em movimento da humanidade. O "fim da história" é negado pela própria história, cujo movimento, avanços e retrocessos, inerentes às lutas da humanidade negam concepções metafísicas defensoras do seu fim. Em outras palavras, a crítica da crítica é negada pela sua própria crítica, preposição satírica tão bem utilizada por Marx e Engels em "A Sagrada Família".

Somam-se a essas questões as ações empresariais existentes nas últimas décadas. A adoção de novas formas de gestão e organização da produção se explica através do movimento transnacional da economia política imposta pela burguesia internacional que constroem imperativos legitimados pela expansão incontrolável do capital que impõem a exploração máxima da força de trabalho.

A consolidação de inteligências coletivas no trabalho manifesta pelo capital parece se justificar apenas na aparência dos processos sociais. Em sua essência, o que se verifica é que o investimento em capital constante em detrimento do capital variável reduz a velocidade da reprodução do capital, uma vez que a maquinaria industrial se paga através da depreciação. As saídas encontradas estão presentes na adoção de estratégias voltadas para a exploração máxima dos trabalhadores. A eficiência do capitalista está na sua capacidade e inventividade de assimilação máxima do trabalho na sua dimensão objetiva e subjetiva, transformando o tempo livre, a imaginação e a resistência dos trabalhadores em mais trabalho. Entendemos ser este o sentido das inteligências coletivas no trabalho: exploração radical do trabalho pelo capital.

Referências

Anderson, Perry. *A Batalha das Idéias na Construção de Alternativas*. Conferencia proferida na Conferência Geral do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO), La Habana, Cuba, 2003.

http://resistir.info/cuba/perry_anderson_havana_port.html. Acesso dia 10/02/2008

_____. *O fim da história: de Hegel a Fukuyama*. (1992): Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.

Aranha, A. V. S. O conhecimento tácito e a qualificação do trabalhador. In *Revista Trabalho e Educação*. Belo Horizonte : n° 2. 1997. p. 12-30

- Aristóteles. *Metafísica*, Tradução de Leonel Vallandro, Porto Alegre, Globo, 1969.
- Aron, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. SP: Martins Fontes, 1997. pp 295-376.
- Barros, R. D. B.; Castro, A. M. Terceira Idade: o discurso dos experts e a produção do “novo velho”. In *Estudos interdisciplinares sobre o envelhecimento*. Porto Alegre, v. 4, 2002. p. 113-124.
- <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/viewFile/4723/2648> Acesso dia 8 de agosto de 2008.
- Bernardo, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- Bihr, Alan. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo : Boitempo Editorial, 1998. 287p.
- Boron, Atílio A. (2002). *Império imperialismo: uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Clasco, Buenos Aires.
- Boron, Atílio A. Hegemonia e imperialismo no sistema internacional. In Boron, Atílio A. (org.). *Nova Hegemonia Mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales, 2004.
- Braverman, H. *Trabalho e capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar. 1980
- Castells. Manuel. *A teoria marxista das crises econômicas e as transformações do capitalismo*. Paz e Terra, 1979.
- Chesnais, François. O capitalismo de fim de século, In COGGIOLA et. alli. *Globalização e Socialismo*. São Paulo : Xamã, 1997. p. 7-34.
- Dawis, Mike. *Planeta favela*. SP: Boitempo Editorial, 2006.
- Dowbor, L. *O mozaico partido: a economia além das equações*. RJ: Vozes, 2002.
- _____. *Introdução teórica à crise: salários e lucros na divisão internacional do trabalho*. SP: Brasiliense, 1981.
- Engels, Friedrich. “*Discurso no Funeral de Karl Marx em 18 de março de 1883*” 2006.
- <http://www.opopssa.info/Livros/Discurso%20no%20Funeral%20de%20Karl%20Marx.pdf> acesso dia 10/08/2008
- _____. *A dialética da natureza*. São Paulo: Paz e Terra,. Apêndice, 1991. pp. 215- 238.
- _____. “*O Anti Daring*” /, 2001.
- http://www.pstu.org.br/biblioteca/engels_antiduhring.pdf acesso dia 10/05/2007.
- _____. *Prefácio da Dialética da Natureza*, 1952.
- http://www.vermelho.org.br/img/obras/dialetica_da_natureza.asp. Acesso dia 04/04/2008.
- _____. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. SP: Boitempo Editorial, 2008.
- Escritório de Drogas e Crimes da ONU no Brasil.
- Fontaine T. Arturo. La Critica de la "Escuela Austríaca" al Socialismo. *Estudios públicos*, Chile 10, 1983

- Fukuyama, Francis. *O fim da história e o último homem*. SP: Ed. Rocco, 1992.
- Gallo, Ezequiel. Hayek y la investigación histórica: algunas reflexiones. In *Revista Estudios Públicos*, Santiago, Chile: n. 50, 1993. p. 1-18.
- Goergen, Pedro. *Pós-Modernidade, ética e educação*. Autores Associados, Campinas, São Paulo, 2001.
- Gamboa, Sílvio Sanches. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó: Argos, 2007.
- Hayek F. A. El Uso del Conocimiento en la Sociedad – Traduzido da American Economic Review, XXXV, Nº 4 (setembro, 1945), 519-30 *Estudios Públicos*, n. 12, 1983.
- _____. "The Theory of Complex Phenomena" en el volumen *The Critical Approach to Science and Philosophy. Essays in Honor of K. R. Popper*, editado por M. Bunge, y publicado por MacMillan Publishing Co., Inc. (1964)
- _____. "Los fundamentos éticos de una sociedad libre" Exposición en el Ciclo de Conferencias sobre Fundamentos de um Sistema Social Libre. Santiago de Chile: *Estudios Públicos*, abril de 1981.
- _____. *O caminho da Servidão*. SP: Ed. Globo, 1974
- _____. Los principios de un orden social liberal. *Estudios públicos*, 1982, n.6.
- _____. "Los fundamentos éticos de una sociedad libre". *Estudios públicos*, 1981, n.3.
- Hobsbawm, Eric. J. Confederación Intersindical Galega. 2002.
<http://www.galizacig.com/index.html> Acesso dia 20/10/2007
- _____. *A era dos impérios 1875 -1914*; Tradução Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1998.
- _____. *A era dos extremos*. Companhia das Letras, São Paulo, 2001.
- _____. *A era das revoluções*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2007.
- _____. *Estratégias para uma esquerda racional*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2005.
- _____. *Globalização, Democracia e Terrorismo*. Companhia das Letras, São Paulo, 2006.
- _____. *Jornal Geneton*, 2004.
<http://www.geneton.com.br/archives/000143.html> acesso dia 10/01/2008.
- Ianni, Octávio. *Dialética & Capitalismo*. Vozes, São Paulo, 1987.
- _____. *A Era do Globalismo*, 3ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1997. 225p.
- Kosic, Karel. *A dialética do concreto*. 2. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.
- Kuenser, Acácia Zeneida. *Competência, conhecimento e competências no trabalho e na escola*.
<http://www.senac.br/informativo/BTS/282/boltec282a.htm>. Acesso dia 10/12/2007
- _____. *Competência como Práxis: os Dilemas da Relação entre Teoria e Prática na Educação dos Trabalhadores*.
<http://www.senac.br/informativo/BTS/303/boltec303g.htm>. Acesso dia 10/12/2007

Kurz, Robert. *O colapso da modernização*, Trad. Karen Elsabe Barbosa. SP: Paz e Terra, 1992.

_____. *Os últimos combates*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997. 394p.

Lagueux, M. Ordre spontané' et darwinisme méthodologique chez Hayek, in G. Dostaler and D. Éthier, eds., *Hayek: Philosophie, économie et politique*. Montréal, ACFAS, 1988. p. 87-103

Lombardi, José Claudinei. Saviani, Dermeval e Sanfelice, José Luis. *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

_____. História da educação brasileira e marxismo. *Revista Trajetos*. nº 1, 1994.

_____. *Marxismo e história de educação: algumas reflexões sobre a historiografia educacional brasileira recente*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, Campinas: Unicamp, 1993.

Löwy, Michael. Barbárie e modernidade no século XX. *Critique Communiste*, nº 157.

[Fórum Social Mundial. Brasil](#), Dez. 2000.

<http://ruibebiano.net/zonanon/non/plural/doc44.html>. Acesso dia 15/10/2008

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. SP: Cortez, 2003.

Lucena, Carlos. *Aprendendo na luta: a história do sindicato dos petroleiros de Campinas e Paulínia*. SP: Publisher Brasil, 1997.

_____. Capital, ciência e precarização: um estudo sobre a (des) qualificação profissional dos trabalhadores da Petrobrás. In *Revista de Educação PUC-Campinas*. Campinas, SP: Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006, n.20. pp. 77 a 93.

_____. (org.) *Capitalismo, Estado e Educação*. Campinas, SP: Átomo, 2008.

_____. *Marxismo, crise do capitalismo monopolista e qualificação dos trabalhadores*. In Lombardi, J.C. e Saviani, D. *Marxismo e Educação: debates contemporâneos*. Campinas, Autores Associados, 2005.

_____. *Tempos de destruição: educação, trabalho e indústria do petróleo no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, MG: Edufu, 2004.

_____. Os tempos modernos do capitalismo monopolista: um estudo sobre a Petrobrás e a (des) qualificação profissional dos seus trabalhadores. *Tese de doutorado, Faculdade de Educação : Unicamp, 2001*.

_____. (org.) *Trabalho, precarização e formação humana*. Campinas, SP: Átomo, 2008

Lucena, C., Lombardi, J.C., Ferri C. Educação, qualificação profissional e empregabilidade em Caçador SC. *Anais da III Jornada do HISTEDBR*. Americana: Unisal, 2003.

Lucena, Maria de Lurdes Almeida e Silva e Gonçalves Neto, Wenceslau. Imprensa e educação: um estudo sobre o pensamento educacional uberlandense através do Jornal "A Tribuna" (1930 – 1942) In *Revista Histedbr On Line* n. 27, setembro, 2007

Marin, Solange Regina. A Análise Situacional de Karl Popper: alguma analogia com a lógica da situação na Economia? Campinas: Unicamp, *Economia e Sociedade*, vol17, n.2, 2008.

Marques, Ramiro. *A Ética de Karl Marx (1818-1883)*.

[www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/A%20ÉTICA%20DE%20KARLMARX%5B1%](http://www.eses.pt/usr/ramiro/docs/etica_pedagogia/A%20ÉTICA%20DE%20KARLMARX%5B1%20) acesso dia 07/08/2008

Marx, K., Engels, F. *Manifesto Comunista*. Boitempo Editorial, São Paulo, 1998.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984. 119p.

_____. *A ideologia alemã*. SP: Boitempo Editorial, 2008.

_____. *Crítica da educação e do ensino*. Comentário e notas de Roger Dangeville. Portugal: Moraes Editores, 1978.

Marx, K. *O Capital – crítica de la economía política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1966.

_____. *O Capital: crítica da economia política; Livro 1º, Volume I*, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 2. ed - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1985. 301p.

_____. *O Capital: crítica da economia política; Livro 1º, Volume II*, tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988. 294p.

_____. *O Capital: crítica da economia política; Livro 3º, Volume VI*, tradução Reginaldo Sant' Anna - 3. ed. - São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1984. 305p.

_____. *Capítulo VI (inédito) do livro I de O Capital*. São Paulo : Ciências Humanas, 1985. 169p.

_____. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política*. Grundisse. Argentina: Siglo XXI Argentina Editores, 1973.

_____. *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundisse) 1857 ~ 1858*. Volume 2. 10 ed. Siglo Veintiuno Editores, 1985.

_____. Grundisse. In Marx K. *Obras Completas: conseqüências sociais do avanço tecnológico*. Edições Populares, São Paulo, 1980.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. 254p.

_____. *Miseria de la filosofía*. México: Siglo Veintiuno Editores. 215p, 1987.

_____. *Para uma crítica à economia política*, 2001

<file:///C:/site/LivrosGrátis/paraumacritica.htm> acesso dia 02/03/2008

_____. Prefácio à contribuição para a crítica da economia política. In Marx K. *Conseqüências sociais do avanço tecnológico*. SP: Edições Populares, 1980.

_____. *Sobre o suicídio*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2006.

Mazzucchelli, Frederico. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. Unicamp: Instituto de Economia, 2004.

Mello, A. F. *Capitalismo e mundialização em Marx*. Perspectiva, 2000.

_____. *Marx e a globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 286p.

Mészáros, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. SP: Boitempo Editorial, 2007

_____. *O poder da ideologia*. Boitempo Editorial, São Paulo, 2004.

_____. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* Boitempo Editorial, São Paulo, 2003.

- _____. *Para além do capital*. Trad. Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Boitempo Editorial, São Paulo, 2002.
- Morais, Reginaldo C. Correa de. Liberalismo e neoliberalismo: uma introdução comparativa. *Primeira Versão* n. 73. Campinas: IFCH-Unicamp, março de 1997.
- Napoleone, Cláudio. *Lições sobre o capítulo sexto (inédito) de Marx*; tradução Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. pp. 86-95
- Noronha, Olinda Maria. *Políticas neoliberais, conhecimento e educação*. Campinas, SP: Alínea, 2002
- Oliveira, Francisco. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In Oliveira, Francisco; Rizek, Cibele Saliba (Orgs) *A era da indeterminação*. SP: Boitempo Editorial, 2007, p. 15-48.
- Paulani, Leda. *Modernidade e discurso econômico*. SP: Boitempo Editorial, 2005.
- Pestalozzi, Johann Heinrich. *Carta sobre educación infantil*. Madri: Editorial Tecnos, 1988.
- Pochmann. M. O emprego na globalização. S.P: Boitempo Editorial, 2001.
- Polanyi, M. *The Tacit Dimension*. London: Routledge, 1967
- Prado, Eleutério F. S. *Complexidade: Hayek e Marx*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007. www.iea.usp.br/iea/evolusociais acesso dia 10/10/2008
- _____. *A dialética de Engels a Marx e o evolucionismo de Hayek*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
http://www.econ.fea.usp.br/eleuterio/ArtigosNaoPublicados/Dialetica_evolucionismo.pdf acesso dia 05/10/2008
- Ranieri, Jesus. *A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx*. SP: Boitempo Editorial, 2001.
- Rodrigues, Alberto Tosi. *Sociologia da Educação*. RJ: DP&A Editora, 2001
- Romero Filho, Carlos Augusto. *As dimensões escondidas do Universo*.
<http://www.fisica.ufpb.br/port/artigoCRF.htm> acesso dia 09/11/2008
- Rousseau, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. 3ed São Paulo, Difel, 1979
- Santos, E. H. Trabalho prescrito e trabalho real no atual mundo do trabalho. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte : n° 1, 1997 p. 13-27.
- Santos, F. Educação, trabalho, cidadania e qualidade Social. *Revista Trabalho e Educação*, Belo Horizonte : n° 1, 1997 p. 48-55.
- Salama, Pierre. *Pobreza e exploração do trabalho na América Latina*. SP: Boitempo Editorial, 2002
- Smith, Adan. *Riqueza das Nações*. SP: Hemus editora Limitada, 1981. Livro I a V.
- Soares, Domingos S. L. (29 de setembro de 2001 - revisto em 20 de novembro de 2001).
<http://www.observatorio.ufmg.br/pas35.htm> Acesso dia 10/10/2008
- Swwezy, Paul M. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. SP: Abril Cultural, 1983.
- Viana, Nildo. A teoria da população em Marx. UEG. *Boletim Goiano de Geografia*. Instituto de Estudos Sócio Ambientais, UEG V 26. N 2, jul a dez 2006

Warschawski, Michael. Israel. Amin, Samir; Houtart, François. *Mundialização das resistências: estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez, 2003.

¹ Professor Associado I do PPGED da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia; Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPQ; Pós-doutorando em educação na UFSCar.

² Professor Adjunto IV do PPGED da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisador do CNPQ.

³ Professora Adjunta III do Decis e do PPGED Pesquisadora Fapemig.

⁴ Professora Adjunta II da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenadora do curso de Comunicação Social.

⁵ Professor Adjunto I da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

⁶ Goergen, Pedro: Pós-Modernidade, ética e educação. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2001.

⁷ Ianni, Octávio: *Dialética & Capitalismo*. São Paulo: Vozes, 1987. P.40.

⁸ Gamboa, Sílvio Sánches: *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2006.

⁹ O conhecimento tácito se formula pelas relações dos trabalhadores com as com o cotidiano de trabalho através da *experiência*, uma formulação humana e histórica manifesta no presente através dos aprendizados do passado presente no trabalho concreto. Este é um conhecimento que não é neutro, o contrário, expressa percepções, aprendizados, interpretações, resistências e continuidades referentes à produção capitalista. Santos (1997: p. 15) afirma que em meio à fragmentação da fábrica, existe no trabalho concreto, entre trabalho prescrito e trabalho real, um espaço em que o saber é necessariamente colocado em questão. Um espaço em que as soluções criadas pelos trabalhadores são fundamentais para que a produção se efetive. O trabalho convoca a inteligência de cada trabalhador, do coletivo do trabalho na descoberta, na aprendizagem, no desenvolvimento e na produção de saberes. A divulgação e o aprendizado do conhecimento tácito ocorrem informalmente, através das relações no cotidiano fabril. Um conhecimento restrito ao fazer, pois o seu domínio é condição fundamental para a concretização do processo produtivo. É um lembrete do fazer ao saber, pois aponta a dependência e os limites do trabalho morto em relação ao trabalho vivo, a afirmação de que os homens são essenciais no trabalho. Ele existe independente da escola formal, pois se constrói de uma forma empírica, através de um processo histórico que se consolida a partir da relação entre o homem e a máquina.

¹⁰ O documento das Nações Unidas acima citado tem caráter de discussão e debate, não sendo publicado formalmente pela ONU.

Recebido dia 10/02/2010

Avaliado dia 15/02/2010